

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.519 - SP (2019/0312689-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SILENE ALVES PEREIRA
ADVOGADOS : VANESSA TALITA DE CAMPOS - SP204732
PATRICIA MAGGIONI LEAL E OUTRO(S) - SP212812
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por SILENE ALVES PEREIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

ACIDENTÁRIA - ATENDENTE - ACIDENTE IN ITINERE
LESÕES NO JOELHO DIREITO - EXAME PERICIAL QUE
CONCLUIU PELA REDUÇÃO PARCIAL E TEMPORÁRIA DA
CAPACIDADE LABORATIVA - CASO EM QUE PORÉM NÃO FOI
COMPROVADO O ALEGADO ACIDENTE COMO INFORTÚNIO
LABORAL RESTANDO INVIABILIZADO O RECONHECIMENTO
DO NEXO CAUSAL - IMPROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO
DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 59 da Lei n. 8.213/1991, no que concerne à necessidade de concessão de auxílio-doença em virtude da comprovação da incapacidade laborativa da recorrente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso dos autos, restou comprovado que a recorrente é segurada, cumpriu o período de carência, bem como sua doença é posterior ao seu cadastro de regime geral. A controvérsia se consubstancia no fato de ter ou não doença que a impossibilite de exercer qualquer atividade laboral nesse momento (fl. 296).

Ademais, há prova robusta da enfermidade que acomete a recorrente. Consta dos autos (fls.25), que em 02/04/2015 a recorrente buscou atendimento médico por ter torcido o joelho enquanto caminhava no trajeto para o trabalho. Neste primeiro atendimento recebeu receituário do medicamento Paco para dor (fl. 296).

Assim, em face da conclusão do laudo pericial e respostas aos quesitos formulados entre as partes, a sentença está em desacordo com a legislação aplicável à espécie, eis que há pedido alternativo de auxílio doença na petição inicial, restando comprovado que a recorrente faz juz a este benefício (fl. 298).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega que houve omissão em relação ao pedido sucessivo de concessão de auxílio-doença independente de acidente de trabalho, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A recorrente novamente opôs embargos de declaração sob o fundamento de que a petição inicial, especialmente em seu item "c", o pedido que embasa a presente ação é a concessão de auxílio-acidentário, alternativamente, a concessão de auxílio-doença, face a impossibilidade da recorrente em exercer suas atividades habituais desde 02/04/2015, cujo pedido administrativo formulado em 18/09/2015 foi negado pelo embargado.

Da mesma forma, o Recurso de Apelação interposto pela recorrente, requereu a reforma da r. sentença com o mesmo fundamento e pedido alternativo, conforme pode ser observado das razões recursais apresentadas.

Assim, o pedido constante tanto da inicial como do recurso de apelação, não refere-se apenas a concessão de auxílio-doença-acidentário, mas alternativamente a auxílio-doença simples, uma vez que a incapacidade laborativa ficou comprovada pelo laudo pericial.

Contudo, o v. acórdão foi omissivo ao não decidir sobre o pedido alternativo de auxílio-doença (fl. 295).

Quanto à terceira controvérsia, interpõe o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Registre-se que o pedido de auxílio-doença apresentado no dia 18/09/2015 foi indeferido por não ter sido constatada, em exame realizado pela perícia médica do INSS, a incapacidade da obreira para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual.

[...]

Cabe observar que, embora a obreira não possa, em princípio, ser prejudicada pela falta de emissão de CAT pela empregadora, fato é que poderia ter buscado se valer de outros elementos para demonstrar o acidente laboral e o respectivo nexo de causalidade. No entanto, sequer ofereceu rol de testemunhas e tampouco requereu alguma outra providência para esse fim, situação que inviabiliza o reconhecimento do liame ocupacional. Não é demais ressaltar que a perita também afastou o nexo de concausalidade, ao afirmar que “o atendimento médico teve início em 06 de julho de 2015 (na vigência do contrato) porém o atestado médico recomendando repouso por 02 meses, é posterior ao encerramento do vínculo contratual não caracterizando com isto, acentuação do déficit relacionado com o trabalho” (resposta ao quesito nº 8 da autora fls. 158) (fl. 255).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto” (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente